Ordem Nova, ano I, Fascículo 9-10, novembro-dezembro/1926, pp. 303-316

acontecimentos políticos de 1834, cujo advento trouxe a desordem moral e mental que reina hoje em tôda a terra portuguesa».

Ferreira Deusdado.

A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

(DISCURSO PRONUNCIADO NO DIA 1 DE DEZEMBRO NA JUVENTUDE CATÓLICA DE LISBOA)

Senhor Presidente:
Minhas senhoras:
Meus senhores:

Entre as coisas a que voto um profundo horror figuram a retórica e o lugar comum. Feita esta declaração já V.as Ex.as avaliam a dificuldade com que falo da Restauração de 1640, acontecimento histórico de que a retórica comicieira se apossou para o envolver em farfalhudos tropos e transformar em espantalho terrificante do «patrioteirismo» de que nos fala o Eça fazendo dêle um imenso, bafiento e impossivel lugar comum.

De facto usa-se dizer, nêste dia solene de regosijo nacional, alçada a voz no meio da praça pública replecta de multidão e dos acordes do hino em que a charanga dos bombeiros é exímia, que o dia 1 de Dezembro pôs termo «ao cativeiro humilhante iniciado com a usurpação de Filipe II».

Esta é a ideia que está vulgarizada e que logo nos ocorria quando nas páginas da selecta portuguesa liamos o trecho clássico em

que o escritor nos diz que «amanheceu risonhoo e alegre o dia 1 de Dezembro de 1640...»

Imagine-se o embaraço do nacionalista consciencioso forçado pela verdade histórica a declarar que nem a dominação espanhola foi para nós um cativeiro *em todos os 60 anos que durou,* (1) nem o rei Filipe II «usurpou» a corôa de Portugal!

A usurpação de Filipe II e o cativeiro espanhol

Permita-se-me que, ao de leve, me refira a êstes dois erros tão geralmente aceites que só modernamente têm sido corrigidos, graças aos esforços dos historiadores libertados das influências românticas e do desejo dos efeitos verborraicos.

Mas que rajadas de eloqüencia se perdem!

A verdade, porém, é que Filipe II de Espanha constituia em 1580 a única solução legítima e a única solução consentânea com os interêsses nacionais.

Unica solução legítima visto que a êle cabia por direito a corôa vaga por morte do débil Cardial-Rei; unica solução nacional porque, não só o Prior do Crato, judeu e corrupto, não tinha qualidades nem meios para governar o país nêsse momento de crise, como também os Duques de Bragança não podiam de momento organizar a resistência contra Castela e impôr a sua autoridade no reino desmantelado.

(1) Note-se que vêmos a questão no seu aspecto histórico, isto é, aceitando os factos tais quais são. Não aplaudimos, porém, a união com a Espanha em 1580. Apesar de nos tratar bem, a Espanha, naturalmente, pretendia absorvêr-nos.

Restava Filipe II. Proclamado rei em Portugal, em côrtes portuguesas e segundo as nossas leis, não tem o seu advento nenhuma das caracteristícas da ocupação violenta sem direito, concorrendo nele todas as circunstâncias necessárias para que se desse a «justiça de adquisição» da soberanía.

E perder-se-ía a independência portuguesa, começou então o cativeiro?

Não o julguemos. Constituiu-se uma *monarquia dualista*, isto é, subsistiam os dois Estados com os seus orgãos e suas leis, apenas ligados pela pessoa do Rei. Assim no-lo diz, resumindo com felicidade tudo quanto a análise dos documentos e dos factos nos ensina, o venerando Frei Francisco Brandão, co-autor da «Monarquía Lusitana» prègando o *Discurso gratulatório sôbre o dia da felice restituição y aclamação da Majestade del-Rey D. João IV N. S.*

«Nas Crónicas de S. Francisco se conta que estando o Seráfico Patriárca em Portugal vaticinara que nunca êste Reyno havia de ser unido a Castela. Muitos, que, sem considerar as cousas as desestimam, negavam esta predição, vendo que entrou Filipe Segundo na herança do Reyno: mas ainda assi sustentava o doutissimo Padre Frey Lucas Wandingo, crónista da mesma ordem, ser verdadeira a profecia do Sancto, porque ainda que unidos os Reynos de Portugal e Castela en um herdeiro, entre si eram distintos, tanto que os naturais de um Reyno se reputavam por estrangeiros no outro; a moeda era diferente, e as provisões se passavam em diferentes linguas, em fórma que se não podiam chamar Reynos unidos». (Cit. por Sardinha *A Aliança Peninsular*, p. 278 n.)

Quantos factos se não poderiam apresentar para ilustrar esta passagem do erudíto alcobacense? Nem os dois primeiros Filipes se comportavam para connosco em Reys estranhos e crueis senão em soberanos próprios e nacionais. Bastará assinalar-se a «Jornada de Vassalos» luzidíssima expedição que em 1624 partiu para libertar a Baía do jugo dos holandeses e que Elísio de Carvalho com tanto co-

lorido nos conta no seu livro «*Lauréis insignes*» como já antes o fizera o nosso D. Francisco Manuel. A Bahia foi libertada e Elísio de Carvalho — belo espírito que Deus já chamou a si — diz-nos que grande parte da nobreza brasileira entronca nos fidalgos que, tendo ído na armada, se fixaram em terras de Santa Cruz.

Outro facto demonstrativo do respeito em que eram tidas as liberdades portuguesas está, por muito paradoxal que isto pareça, na causa próxima da revolução de 1640: a reacção anti-castelhana toma corpo em virtude da intenção manifestada pelo Conde Duque de Olivares de fazer de Portugal uma provincia de Espanha. Socorro-me de novo a Fr. Francisco Brandão que diz no seu *Discurso:* «Intentou nos dous anos passados a soberba Castela apertar mais o ponto e fazer, que esta união de Reynos que havia na pessoa do injusto possuidor, estivesse também entre os mesmos Reynos. Aqui acudio S. Francisco, e mostrou com efeito o entendimento da sua profecía, que era não ser Portugal nunca unido a Castela, e assim quando naquele Reyno pretendiam a união de ambos, executámos nós a separação...» (loc. cit)

Um terceiro facto bem à vista está na facilidade com que em Portugal e na Espanha se fazia a propaganda das doutrinas, profecías e mitos favoraveis à restauração de Portugal. Todos fechavam os olhos... E no entanto, foram essas doutrinas e êsses mitos que fizeram a revolução. Detenhamo-nos sôbre elas alguns minutos, para brevemente fixarmos os seus pontos essenciais.

Doutrinas da Restauração

As doutrinas políticas que prepararam e justificaram a Restauração, têm para nós o duplo interêsse de serem imensamente curio-

sas como construção jurídica e infinitamente interessantes como doutrinas da mais pura ortodoxia católica. (1)

Fundamentalmente, consistiam nas ideias de Santo Tomás, comentadas e sistematizadas pelo grande «Doctor Exímius», Francisco Suarez, professor da nossa Universidade de Coimbra durante vinte anos e um dos maiores teólogos que se contam entre os seguidores mais ou menos fiéis da doutrina do angélico doutor.

Segundo os teóricos da Restauração—pleiade brilhantissima em que têm larga representação as murças universitárias—o poder vem de Deus, como diz o Apóstolo, porque Deus é a causa primeira de todas as coisas. Assím, ao criar a sociedade surge por direito natural o poder que é indispensável para a sua conservação e progresso. Não é êle concedido a um ou outro homem, e, portanto, reside na colectividade. Esta é que em virtude dum pacto pode transferir o seu exercício—e não aliená-lo como dizia Suarez—para um dos seus membros, e temos a monarquía, ou para alguns, e temos a aristocracia.

Ao rei incumbe então o «oficio de reinar». Ofício duro, como lhe chamou um dos nossos príncipes, oficio que consiste em fazer justiça, defender os seus súbditos e em conservar e aumentar o reino que lhe foi confiado. *Regnum non est propter regem, sed rex propter regnum*—disse-o Santo Tomás, elegantemente traduzido pelo nosso João Pinto Ribeiro: *Os Reys não foram críados e ordenados para sua utilidade e proveito, se não em beneficio, e prol do Revno*».

Desde que o monarca deixe de respeitar o pacto que houve entre êle e a república, oprimindo os seus vassalos e deixando de buscar a sua felicidade, converte-se em «tirano no govêrno»—que em lingua

(1) Modernamente a Santa Sé tem manifestado a seu desacôrdo com elas. Cf. as encíclicas »Diuturnum», «Immortale Dei» e »Libertas praestantissimum».

gem da escola se chama tirano *quoad administrationem*—sendo lícito à colectividade a sua deposição, privando-o do reino e tirando-lhe o poder que lhe deu e que êle não soube usar. E' o direito á sedição, proclamado e justificado e que o Dr. Velasco de Gouveia definia dizendo que *não é sedicioso, antes licito ao povo resistir ao Rey Tiarno ou que tiranicamente governa*».

Estão já V.as Ex.as a vêr a Revolução de 1640 jurìdicamente explicada: os Filipes não eram reis tiranos, como no princípio afirmei, visto como eram legítimos soberanos de Portugal. Não se dava, pois, a tiranía «*quoad titulum*». Mas governavam tiranicamente, contrariando os interêsses da Nação Portuguesa que o Conde Duque de Olivares pretendia, para maior vexame, reduzir à categoria de uma província espanhola. «Maldito govêrno—diz algures João Pinto Ribeiro, revolucionário e jurista—maldito govêrno que põe sua segurança em desprezo de Vassalos honrados; errada resolução do Rey, que despréza a lingua daquêles a que governa e manda, não havendo maior firmeza entre vassalos e Rey, que falarem a mesma lingua e saberem que o entendem e são entendidos dêle...»

Eis, meus senhores, em duas palavras as doutrinas defendidas por uma brilhantíssima pleiade de escritores que formam a mais notável escola portuguesa de direito público.

Pois bem: dentre êles, não quero deixar de citar dois nomes demonstrativos da benignidade do governo castelhano e do grande amôr que tinham a Portugal: dois padres, ambos doutores de Coimbra, que, em Espanha escreveram defendendo as doutrinas da Restauração. São êles os Drs. Fr. Serafim de Freitas e João Salgado de Araujo.

Serafim de Freitas, lente em Valhadolid e frade da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, é autor duma calorosa apología do poder do Pontífice sôbre as coisas temporais, a propósito da liberdade dos mares. A respeito do seu «De justo império Lusitanorum Asiático» escrevia o erudíto Visconde de Santarém que era «um for-

tissimo manifesto contra Castela «mostrando bem» como a revolução de 1640 se preparava muitos anos antes» (o livro é de 1625). E o Visconde continúa: «Não deixa de sêr curiosa, entretanto, a circunstância de o govêrno espanhol consentir na impressão da obra e tanto mais que o A. era lente de cànones na Universidade de Valhadolid». (*Inéditos*, p. 200).

Que diria o eminente geógrafo se soubesse que o govêrno espanhol tinha em grande conta o frade português, rodeando-o de atenções e premiando-lhe os serviços!

Quanto ao Dr. Salgado de Araújo, abade de Pera, diz dêle D. Francisco Manuel que era «de ingenho agudo e ânimo atrevido de tal sorte, que fazia virtude de se opôr aos fortes e fulminar contra êles». Pois estando em Madrid e nas bôas graças do Rei, escreveu em espanhol a «Ley Regia de Portugal» onde defende as doutrinas que acima referimos, ilustrando o seu livro com numerosos exemplos tirados da vida dos Reys de Portugal que logo de inicio elogía grandemente, afirmando nunca ter havido em Portugal um soberano absolutamente máu, coisa de que nenhuma outra nação se poderia gabar. E a obra correu, e chegou até nós...

A Revolução de 1640 preparou-se, portanto, num ambiente de larga tolerância e com inteligência e ponderação. Mas, meus senhores, quem conhece as multidões e a sua psicologia especial, assunto apaixonante e cujo conhecimento é precioso aos condutores de homens, sabe que não são as doutrinas, as construções scientíficas, os princípios reflectidos e secamente formulados que podem fazer uma Revolução.

Uma Revolução exige qualquer coisa mais: exige um estado de espírito especial, exige entusiasmo e fé. Se os doutores da Revolução justificaram sábia e abundantemente para o escól da sociedade portuguesa o passo que se ia dar, foram os padres, principalmente os jesuitas e os frades de Alcobaça que levaram o povo à expulsão dos Filipes. Porque maneira? Criando mitos.

Teoría dos mitos. O Sebastianismo. O milagre de Ourique e as Côrtes de Lamego

Foi Georges Sorel, sindicalista revolucionário francês e um dos mais belos espíritos que a França tem tido nos últimos anos, quem, em páginas cheias de colorido e de talento, criou a teoría dos mitos, hoje já um precioso elemento para a interpretação da história.

A História, meus senhores, tem sido vítima de toda a espécie de atentados, conscientes e inconscientes, resultantes da visão errada de espíritos simplistas que tudo resolvem fàcilmente, e da deturpação propositada daqueles que a convertem em instrumento dos seus ódios ou em serva das suas ambições.

Eu recordo a indignação retumbante de certo professor de História que tive nos meus tempos do liceu, ao falar na *falsificação* despudorada e torpe dos frades de Alcobaça. As patranhas da «Monarquía Lusitana» eram apregoadas em tom escarninho e com comentários destinados a fazer rir. Eu tinha então por Fr. Bernardo de Brito e pelos seus continuadores um desprezo imenso, um desprezo sobranceiro, de homem de bem ofendido pela prática à sua vista, dum acto digno de eterna reprovação...

E no entanto, reconheço hoje que essas mentiras piedosas foram um dos mais poderosos elementos para a Restauração.

As Revoluções, disse eu já, não se fazem com tratados de direito. Então... é necessário, diz Sorel, fazer apêlo a conjuntos de imagens capazes de evocarem em blóco e apenas por intuição, antes de qualquer análise reflectida, a massa dos sentimentos que estão comprometidos na luta que se quere travar. Êsses conjuntos de imagens são-nos fornecidos pelo *mito*, construção que se ergue num futuro indeterminado, mas que passa a constituir a preocupação constante do povo, do partido ou da classe que o adopta. E Sorel exemplifica

com a parúsia dos cristãos—exemplo que, claro está, não nos serve —e com a gréve geral dos sindicalistas revolucionários:

Ora, meus senhores, que foi o Sebastianismo senão um mito, exactamente nas condições em que o define Sorel, isto é, uma representação psíquica «graças à qual a razão, as esperanças e a percepção dos factos particulares parecem constituir uma unidade indivisivel?» (*Réflexions sur la violence*, p. 181).

Que é, afinal, a história da promessa de Ourique aproveitada e propagada na Restauração? (1) Que são as frases heróicas dos cavaleiros de Santa Maria de Almacave e os seus protestos violentos? O que é o sonho do Quinto Império?

Tudo isto, meus senhores, constitue o elemento que imediatamente actuou com eficácia na alma popular, trazendo como consequência a restauração de 1640. E' que lá dizia o Bandarra:

Sàia, sàia êsse infante
Bem andante
O seu nome he Dom João...

Conclusão: Portugal e a Espanha

E' tempo, porém, de terminar. Foquei apenas, neste despretencioso arrazoado, alguns dos mais interessantes assuntos que ao estudioso são sugeridos pela data que se comemora hoje. Resta-me dizer-vos qual o meu pensar quanto ao caracter das relações que devem unir Portugal à Espanha.

---

(1) O milagre de Ourique não estando reconhecido pela igreja, pode ser, sem sombra de heresía, considerado como um mito na história.

A 24 de Setembro um jornal francês publicava a seguinte local:

La Société des Nations, d'après Buré, a l'*Avenir*, aura pour mission de sanctionner la loi du plus fort:

On sait que l'Allemagne, purifiée par le baptême genevois, peut dorënavant prétendre à l'obtention des mandats coloniaux. Prudente, elle n'a point encore falt valoir ses droits, mais elle ne les laissera pas pescrire, on peut en être convaincu. Qu'elle ait seulement pris racine à Genève, et vous verrez comme elle mènera rondement son affaire!

Mais oú trouver des terres libres?

Le Portugal sera, si l'on en croit le *Manc'iester Guardian*, offert en holocauste au salut du Reich. Voilá qui fera perdre toute gaieté aux compatriotes de Camoëns! Leurs représentants à Genève ont d'abord cru que la nouvelle était sans fondement; mais ils sont allés aux renseignements et «leur enquête, nous dit notre ami Maurice Muret, dans la *Nation belge*, ne les a pas rassurés». Dame, ils peuvent tout craindre de leurs chers alliés britanniques. La *Manchester Guardian* ne fait en somme que reprendre le vieux projet du très piex et très loyal lord Grey qui, á la veille de la guerre, proposait déjà á Berlin, en signe d'alliance, le partage du domaine colonial des Portugais—«peuple de régicides et d'athées», indigne de toute considération. Le marché fut jugé «insensé» par le Kaiser lui même qui traita de «vieille femme» son ambassadeur à Londres, prêt à le conclure.

Ross e Schultz, propalavam nos seus relatórios canalhas, acusações infundadas e tendenciosas.

Nada de novo vos direi. Eu desejaria pôr diante dos olhos de cada um de V.as Ex.as êsse maravilhoso livro cheio de alma que é a «Aliança Peninsular». Nêle, António Sardinha, meu muito querido e amado mestre, põe o problema com a clareza de sempre e resolve-o com um sentido maravilhoso de realidade e de verdade.

De facto, meus senhores, há um equívoco velho entre as duas nações peninsulares. Elas que cumpriram uma mesma missão apostólica, que tiveram em dado momento da civilização um mesmo papel cultural, e um mesmo destino histórico, encontram-se espíritualmente divorciádas por antigas questões, por velhos dissentimentos. Cada uma das nações independente e livre, sem nenhuma espécie de limitação politica; mas ambas cooperando numa mesma grandiosa tarefa, que Oliveira Martins entrevia nas ultimas páginas da sua *História da Civilização Ibérica*—eis o nosso ideal.

Deixámo-nos prender, demasiadamente, pela França, país de onde até hoje só nos veio perdição, e que, a quando das guerras napoleónicas nos fez mais dano com o barbarismo dos seus exércitos e a corrupção das nossas instituïções, do que 60 anos de rei Castelhano. Parece-me agora ouvir a queixa dorída de Ruben Dário:

Bebiendo la esparcida saiva franceza
Com nuestra bôca indígena semi-española
Dia a dia cantamos la Marselleza
Para acabar danzando la Carmañola.

Dia a dia se vão afrancezando mais os nossos usos, os nossos costumes, as nossas palavras, os gôstos, as idéias e as almas; Imitamos servilmente os costureiros franceses, no corpo e no espírito. E a França é um país desorganizado e desorientado, turbulento e errante, à espera que o Senhor se compadeça dêle para de novo o fazer o instrumento da sua vontade. Entretanto, perdem-se lá todas às virtudes individuais e sociais, esquecendo-se todos os dias os ensi-

namentos cristãos. A França afoga-se em literatura exclamando numa última atitude: *Qualis artifex pereo!* — Que artista vai morrer!

Mais perto de nós, a Espanha renasce poderosamente. Lá, afirma-se como há três seculos o espírito católico, de submissão incondicional à Igreja e ao Papa. Não nos esqueçamos que no seculo XVII os escritores peninsulares, Suarez à frente, defendiam a teoría da origem popular do poder para servirem o Papa contra os Reis que pretendiam impôr a Reforma aos seus súbditos, isto não obstante sêr a Espanha uma monarquía que êles prezavam e amavam como nos seus escritos mostram. Foi a Peninsula a pátria da Escolástica e é aos dois povos peninsulares que está reservada de novo a grande missão de restaurar as nações em Cristo.

Há ainda quem tenha herdado das gerações românticas o mêdo pavoroso de que a Espanha tente absorver-nos. Há ainda quem nos fale sériamente e com sentida indignação no «perigo espanhol». E há ainda, cá e lá, quem amadureça o plano de uma União Ibérica.

Quanto a êstes últimos, desenganemos as suas esperanças afirmando sempre e em toda a parte com altivez que sômos e seremos livres até à consumação dos seculos. Mas não lhes dêmos demasiada importância, porque a não têem.

E pelo que diz respeito aos primeiros, ofereçamos à meditação dêles uma página sensata de António Sardinha que V.as Ex.as me permitirão que leia para concluir:

«Cuido desonroso para nós, admitir quaisquer violentos intuitos de conquista por parte da Espanha. E desonroso para nós, porque concebe-los significa nenhuma confiança na vitalidade e no génio próprio de Portugal. Se êsse patriotismo tumultuario e tantas vezes retórico, que cifra o penhor da nossa independência na irredutibilidade e no antagonismo com a Espanha quisér reflectir um pouco, achará sem custo que à Espanha actual, mesmo que se lhe tornasse possivel, a conquista ou a incorporação de Portugal não lhe convinha de maneira alguma. Não se anula pela força das armas a heran-

ça solidissima de oito seculos de existência autónoma, com uma história, uma literatura e uma capacidade de resistência, como a de Portugal. A Espanha moderna, nas várias tendências centrifugas que lhe ameaçam a unidade, possue já bastantes agentes dissociativos para que haja de lhes multiplicar a força, metendo-se numa aventura que lhe seria inteiramente fatal. Não! O que à Espanha convém, o que à Espanha se impõe como exigência impreterivel para recuperar a sua perdida supremacía é o acercamento, é o abraço fraternal comnôsco. Quem o entende de fórma diferente fecha-se aos conselhos da inteligência e às indicações do patriotismo sensato«.

Tenho dito.

Explicação necessária

O singelo e despretencioso discurso que aí fica chamou a atenção de várias pessoas zelosas da integridade nacional; deu mesmo origem a um artigo do snr. conselheiro Fernando de Sousa, na *Epoca*, e a uma subseqüente troca de explicações em que tudo se esclareceu.

Parece-me bem declarar aqui, que, apesar de admirador fervorôso da moderna Espanha e principalmente *da futura Espanha*, repudío qualquer combinação política entre as duas nações peninsulares tendo por objecto constituir uma «União ibérica» sob qualquer das fórmas de «monarquía dualista» ou «républica federativa».

Com um acento perfeitamente quichotesco aconselho no discurso discutido a que respondamos aos iberistas com a altiva declaração de que Portugal será livre até á consumação dos seculos. Assim o creio na minha fé nacionalista e na minha convicção de que se operará uma reforma intelectual e moral na gente portuguêsa. Nem outra coisa eu podia dizer no dia 1 de Dezembro ou noutro qualquer dia, depois da resposta insofismável que dei ao inquérito do *Jornal do Comércio e das Colónias*, que êste número reproduz.

Fiquêmos, portanto, entendidos: grande admirador da Espanha, e, principalmente da cultura espanhola; partidário de uma aliança peninsular tal como a queria António Sardinha; mas português acima de tudo, consciêntemente português, devotadamente português.

De fórma que, ainda desta vez não houve traição. Podem calar se os gansos do Capitólio do Largo de S. Domingos — firma «Guerreiro & Gala» salvo êrro...

Marcello Caetano.

"*Ordem Nova*" *no Brasil*

Emquanto os jornais portugueses mal anunciavam o aparecimento da nossa revista, no Brasil a *Ordem Nova* teve um acolhimento carinhoso, conforme o demonstra o admirável artigo que a seguir transcrevêmos e que é devido à pena do nosso querido camarada e amigo Dr. Mário de Albuquerque.

O País, jornal de que êste nosso amigo é colaborador e que tanto deve a seu pai, o Sr. Dr. Alexandre de Albuquerque, actualmente entre nós, é, sem favôr, um dos mais brilhantes e completos diários do Rio de Janeiro. Nêle colabora a parte mais selecta das *élites* brasileiras e os seus processos tornam-no distinto da papelada confusa a que vulgarmente se chama «a Imprensa».

Agradecendo a Mário de Albuquerque as boas palavras que teve para nós, rejubilamo-nos por podermos proporcionar aos nossos leitores a sua colaboração, embora forçadamente conseguida...

O VENENO MÚSICAL

De mistura com algnmas graves revistas juridicas, trouxe-me o correio hoje o primeiro número duma curiosa publicação de estudos sociais e políticos, acentuadamente *anti-moderna*, por *ultra-moderna*